



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Relatório de Gestão
UASG 2001.27 Gestão 00001.
2ª Via.

2007

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2007
Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO
ÓRGÃO/ENTIDADE **RECURSOS GERIDOS** (art. 3º, parágrafo 2º DN)
RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS LOCALIZAÇÃO
EXIGIDAS (ART. 14, IN/TCU 47/2004) **(Volume/fls.)**

1. UNIDADE

I. Declaração do dirigente máximo da unidade jurisdicionada sobre a fidedignidade de informações constantes do rol de responsáveis, contidas em banco de dados informatizado.

II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados

- Demonstrativo sintético de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II (Deve ser apresentado e capeado em volume destacável das contas com numeração própria de suas folhas)

- Demonstrativo relacionando TCE; conforme indicado no item 12 do Anexo II

- Demonstrativo contendo informações de danos ressarcidos, conforme indicado no item 13 do Anexo II

III. Informações contábeis

- Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do SIAFI

- Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos

IV. Declaração da Unidade Regional de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas

V. Relatórios e pareceres de órgãos e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão

- Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

LOCAL/DATA

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente

VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente

SITUAÇÃO

1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II e VIII da DN/TCU ___/200___, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.

2 () Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU ___/200___, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver.

LOCAL/DATA

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

3. ASSESSOR ESPECIAL/SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente

LOCAL/DATA

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

(*). Nos casos em que a UJ não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever “não se aplica”.

DECLARAÇÕES DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE JURISDICIONADA
(AC)(Decisão Normativa nº 88, de 28/11/2007, BTCU nº 7/2007 Especial)

Declaro, para fins do disposto no § 1º do art. 5º da Decisão Normativa TCU nº 85/2007, alterado pela de nº 88, de 28/11/2007, BTCU nº 7/2007 Especial), que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

SUMÁRIO

1. Identificação
 - 1.1. dados identificadores da unidade jurisdicionada
 - 1.2. estrutura organizacional da 17ª srprf/pi
 - 1.3. apresentação
2. Responsabilidades institucionais
 - 2.1. Papel da unidade das políticas públicas
 - 2.2. Das competências legais e regimentais
3. Estratégia de atuação
4. Gestão de programas e ações
 - 4.1. Programas
 - 4.1.1. Programa 1386 – desenvolvimento institucional da polícia rodoviária federal
 - 4.1.1.1. Dados gerais

- 4.1.1.2. Principais ações do programa
- 4.1.1.3. Gestão das ações
 - 4.1.1.3.1. Ação 1d49 – construção de edifício-sede do departamento de polícia rodoviária federal
 - 4.1.1.3.1.1. Dados gerais
 - 4.1.1.3.1.2. Resultados
 - 4.1.2. Programa 0663 – segurança pública nas rodovias federais
 - 4.1.2.1. Dados gerais
 - 4.1.2.2. Principais ações do programa
 - 4.1.2.3. Gestão das ações
 - 4.1.2.3.1. Ação 2c78 – acompanhamento psicossocial de servidores do departamento de polícia rodoviária federal
 - 4.1.2.3.1.1. Dados gerais
 - 4.1.2.3.1.2. Resultados
 - 4.1.3. Programa 0750 – apoio administrativo
 - 4.1.3.1. Dados gerais
 - 4.1.3.2. Principais ações do programa
 - 4.1.3.3. Gestão das ações
 - 4.1.3.3.1. Ação 2000 – administração da unidade
 - 4.1.3.3.1.1. Dados gerais
 - 4.1.3.3.1.2. Resultados
 - 5. Desempenho operacional
 - 5.1 Da gestão orçamentária e financeira
 - 5.1.1. Objetivos e metas
 - 5.1.2. Indicadores de parâmetros de gestão
 - 5.1.3. Análise crítica dos resultados alcançados
 - 6. Previdência complementar patrocinada
 - 7. Conteúdos específicos
 - 7.1. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal
 - 7.2. Gestão correicional
 - 8. Operações de fundos
 - 9. Conteúdos específicos por unidade ou grupo de unidades afins
 - Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais
 - Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades
 - Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo
 - Anexo D – Recomendações de órgãos de controle
 - Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício
 - Anexo F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício de 2007
 - 10. Declarações
 - 10.1. Declaração dos responsáveis pela Contabilidade/MJ

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo da Unidade e Sigla	17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Piauí – 17ª SRPRF/PI
Natureza Jurídica	Entidade desconcentrada da Administração Direta
Vinculação Ministerial	Ministério da Justiça
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Regimento Interno disposto na Portaria nº 3.741, de 15.12.2004, publicado no DOU na mesma data, tendo por finalidade, além do disposto no parágrafo 2º do art. 144 da CF, a competência estabelecida no art. 20 da Lei nº 9.503, de 23.09.1997, Código de Trânsito Brasileiro, e o disposto no Decreto nº 1.655, de 03.10.1995, além da estrutura organizacional constante no art. 2º, inciso II e § 1º, inciso XVII juntamente com os artigos 75 a 95, todos da Portaria nº 3.741/2004.

CNPJ	00.394.494/0122-23
Nome e código no SIAFI	17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Piauí - 200127
Código da UJ titular do relatório	200127
Código das UJ abrangidas	“Não consolida outras unidades”
Endereço completo da sede	Avenida João XXIII, nº 1516, Bairro dos Noivos, Teresina/PI, cep 64.045-000, telefone (86)3233-1414, 3233-2-1808
Endereço da página institucional na internet	http://portalnet.sede.dprf.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Segurança Pública
Tipo de atividade	Segurança Pública e Policiamento nas Rodovias Federais
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome “Não consolida outras unidades”
	Código “Não consolida outras unidades”

1.2. Estrutura Organizacional da 17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ



1.3. Apresentação

Cumprindo determinação expressa em Norma de Execução nº 5/CGU/PR, de 28 de dezembro de 2007, aprovada conforme Portaria/CGU/PR nº 1950, de 28 de dezembro de 2007, bem como a Instrução Normativa nº 47/2004 e suas alterações, e Decisões Normativas TCU nº 85/2007 e nº 88/2007, do Tribunal de Contas da União, a administração Regional da 17ª Superintendência Regional, órgão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, apresenta para apreciação, o presente Relatório de Gestão Exercício 2007.

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os

componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades.

Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO PIAUÍ, entidade desconcentrada da Administração Direta, órgão integrante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça, tem por finalidade, além do disposto no parágrafo 2º do artigo 144 da Constituição Federal, a competência estabelecida no artigo 20 da Lei 9.503, de 23.09.1997, Código de Trânsito Brasileiro, e o disposto no Decreto n.º 1.655, de 03.10.1995, e especificamente:

- I. Preservar a ordem, a segurança pública e a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, assim como exercer o planejamento, a coordenação e a supervisão do policiamento rodoviário, executando operações relacionadas com serviços de segurança, por meio do patrulhamento ostensivo e estradas federais;

- II. Exercer os poderes de autoridade de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, bem como executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens, além de supervisionar, inspecionar o tempo de direção dos motoristas de veículos de transporte de cargas e de passageiros;
- III. Autuar infratores, impor multas, aplicar penalidades administrativas e adotar as demais medidas cabíveis, relativas ao trânsito e ao transporte, bem como arrecadar as multas aplicadas, as taxas e os valores decorrentes de prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais e serviços de guincho;
- IV. Realizar o planejamento, a coordenação, a supervisão e a execução dos serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias e estradas federais, bem como promover a coleta de dados e informações sobre as ocorrências e as estatísticas de trânsito;
- V. Realizar perícias, levantamento de locais, análise de disco diagrama, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito;
- VI. Adotar providências para assegurar a livre circulação da via, notadamente em casos de acidentes de trânsito, podendo solicitar a presença de outras autoridades, quando as providências requeridas excederem de sua competência, bem como solicitar às unidades de engenharia do órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais para o restabelecimento da fluência do tráfego;
- VII. Proceder à apreensão de veículos, objetos e animais que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, recolhendo-os a local adequado e devolvendo-os aos seus legítimos donos, mediante pagamentos de multas e indenizações dos custos de manutenção e guarda, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados no prazo de noventa dias, contados da data da apreensão;
- VIII. Manter articulação com Órgãos do sistema nacional de trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência do trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;
- IX. Zelar pela observância das disposições legais e administrativas relativas ao direito de vizinhança nas vias sob jurisdição federal, promovendo a interdição das construções, obras e instalações não autorizadas nas faixas de domínio ou que possam interferir na segurança do trânsito;
- X. Executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito, socorro e salvamento de vítimas;
- XI. Informar ao órgão responsável pela manutenção e conservação da via sobre as condições de tráfego das rodovias, que possam atentar contra a segurança do trânsito, adotando medidas emergenciais à sua proteção;
- XII. Prestar informações aos usuários sobre condições das rodovias, relativamente ao trânsito e ao transporte rodoviário de passageiros e de cargas;
- XIII. Exercer a fiscalização, o policiamento e o controle do tráfego nos postos de pesagem e pedágio;
- XIV. Credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis e de produtos perigosos;
- XV. Executar medidas de segurança, planejamento e escolta nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estados, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando solicitado;
- XVI. Efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei n. 7.806/90, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XVII. Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, o furto e roubo de veículos e outros bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previsto em lei; e;
- XVIII. Realizar concursos públicos, outros processos seletivos, cursos, estágios, formação, treinamento e demais atividades de ensino, na área de sua competência.

Ainda, foram realizadas por esta Regional as seguintes licitações:

- Convites de nºs:
 - 01/2007- Contratação de empresa de engenharia para ampliação do Posto 01 e da sua garagem da 4ª Delegacia na cidade de Picos/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.001.150/2007-83;
 - 02/2007- Contratação de empresa de engenharia para ampliação do Posto da 5ª Delegacia na cidade de Parnaíba/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.001.151/2007-28;
 - 03/2007- Contratação de empresa de engenharia para ampliação e reforma do Posto 01 da 1ª Delegacia na cidade de Teresina/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.001.152/2007-72;
 - 04/2007- Aquisição de material de consumo (expediente, limpeza e informática), conforme processo administrativo de nº 08.668.003.382/2007-76.

- Pregões Eletrônicos de nºs:
 - 01/2007- Contratação de empresa especializada na locação de 01 (uma) máquina copiadora para reprodução de documentos em preto e branco, cobradas por franquia, conforme processo administrativo de nº 08.668.001.792/2007-82;
 - 02/2007- Aquisição de material de consumo dos tipos material de limpeza, gêneros alimentícios e material de expediente para a 17ª SRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.001.810/2007-26;
 - 03/2007- Aquisição de material de consumo do tipo veterinário, conforme processo administrativo nº 08.668.001.240/2007-74;
 - 04/2007- Aquisição de material para manutenção de veículos (pneus e baterias) para a 17ª SRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.001.808/2007-57;
 - 05/2007- Aquisição de 1.800 garrafas plásticas de 20 litros contendo água mineral sem gás (garrafa não incluído), conforme processo administrativo nº 08.668.002.523/2007-33;
 - 06/2007- Aquisição de aparelhos e equipamentos de comunicação e de processamento de dados, conforme processo administrativo nº 08.668.001.803/2007-24;
 - 07/2007- Aquisição de material permanente para suprir a 17ª SRPRF/PI, conforme processo administrativo nº 08.668.001.809/2007-00;
 - 08/2007- Aquisição de material de manutenção de imóveis da sede, delegacias e postos da 17ª SRPRF/PI (elétricos, hidráulicos, sanitários e prediais), conforme processo administrativo nº 08.668.002.139/2007-31;

Dos contratos estabelecidos por esta 17ª SRPRF/PI, destacam-se:

- 01/2005 – Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) LDN;
- 08/2004 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de mão-de-obra na área de serviços auxiliares para a 17ª SRPRF/PI;
- 04/2004 – Prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada;
- 07/2004 – Contratação de empresa especializada nos serviços de vigilância armada na cidade de Parnaíba/PI;
- 01/2007 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação nas dependências internas da Sede, Delegacias e Postos da 17ª SRPRF/PI;
- 09/2004 – Prestação de serviços de telefonia móvel;

- 03/2006 - Contratação de empresa especializada nos serviços de vigilância armada na cidade de Teresina/PI;
- 05/2005 – Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da 17ªSRPRFPI;
- 07/2005 – Prestação de serviços de comunicação de dados (frame-relay);
- 05/2004 – Prestação de serviços postais convencionais, correspondência normal, registrada local e nacional e correspondências expressas-SEDEX local e nacional para capitais;

2.2. DAS COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

A 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Piauí, unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com Regimento Interno constante na Portaria nº 3.741, de 15 de dezembro de 2004, tendo suas competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, apresenta, conforme artigo 2º, inciso II e §1º, inciso XVII juntamente com os artigos 75 ao 95, todos da Portaria nº 3.741/2004, a seguinte estrutura organizacional:

SUPERINTENDENTE

BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL

NÚCLEO APOIO JURÍDICO REGIONAL

JEAN CARLO MELO DE OLIVEIRA

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SYLMARA LEITE BENTO

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA

DORIEDSON VIANA DOS SANTOS

SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

CIRO RICARDO FIGUEIREDO DE ARAÚJO

NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES SOBRINHO

NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES

IDERLAN DE OLIVEIRA SOUSA

NÚCLEO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA

PAULO DE TARSO PASSOS FERNANDES

SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CARLOS FRANCISCO MAURIZ LOPES

NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
JAHELTON SOARES DA SILVA

NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL
HÉLIO ARAÚJO SILVA

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
SÉRGIO RICARDO BEZERRA ARAÚJO

NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS
ANERÃO DA SILVA COUTINHO NETO

NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES
PAULO ROBERTO PINTO VERAS

SEÇÃO DE CORREIÇÃO E DISCIPLINA
JOABLE DE CARVALHO CHAVES

NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS
FRANCISCO DE ASSIS CRUZ OLIVEIRA JÚNIOR

SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
ELIZA SANTOS DE MORAIS

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
EDNA MARIA CANTANHEDE FERREIRA DA COSTA

NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL
SELMA MARIA DOS SANTOS MOURA

NOMINATAS DE DELEGACIAS

DELEGACIA 17/1 (TERESINA)
JOÃO FRANCÍLIO BARBOSA VIANA

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
ISAÍAS CARLOS DE ARAÚJO FURTADO SEGUNDO

DELEGACIA 17/2 (PIRIPIRI)
ROBERTO DO REGO MONTEIRO MELO

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
GILSON RODRIGUES DE SAMPAIO

DELEGACIA 17/3 (FLORIANO)
AGUSTINHO FERREIRA DO NASCIMENTO

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
WELINGTON BATISTA RODRIGUES

DELEGACIA 17/4 (PICOS)
GILDIWÂNIO BARROS LEAL

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
BENEDITO DE SOUSA LIMA

DELEGACIA 17/5 (PARNAÍBA)
CLEVA MARIA DA SILVA CARVALHO

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
FERNANDO FERRARE VAL SOUSA

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Os principais objetivos definidos para 2007 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

A presença da viatura na rodovia cria uma expectativa de punição nos usuários, acabando por reduzir e mesmo inibir acidentes. Para isso, deve-se alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

O cartão programa apresenta um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através dos bancos de dados da PRF, o Datatran e o DINOP, verificam-se os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, respectivamente, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

Falta de efetivo:

O número do efetivo de policiais por posto no plantão é muito reduzido, inclusive nos Postos de Alegrete (Posto 02 da 5ª Del. de Picos/PI) e de São João da Fronteira (Posto 02 da 2ª Del. de Piripiri/PI) há apenas 02 (dois) policiais por plantão, devendo 01 (um) ficar no posto para atendimento ao público e de

chamadas emergenciais, enquanto ao outro cabe o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que torna altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Inclusive no Regimento Interno, bem como no Manual de Rotinas Operacionais do Policial Rodoviário Federal, é proibido o deslocamento de apenas 01 policial na viatura, exceto para atender acidentes e para prestar auxílio ao usuário na rodovia. Assim, fica inviável o cartão programa nesses postos onde o efetivo é reduzido, não sendo os pontos críticos nas rodovias fiscalizados.

A relação quilômetro fiscalizado por posto tem inviabilizado a fiscalização da Polícia Rodoviária Federal ao ultrapassar os 100 km de rodovias por posto na 17ª SRPRF/PI, considerado esta distância ideal para um atendimento satisfatório ao proporcionar uma redução no tempo-resposta. O posto de Floriano (posto 1 da 3ª Del. de Floriano/PI), localizado a 248 km da cidade de Teresina/PI, encontra-se no sul do Estado e fica responsável por um trecho rodoviário de mais de 800 km a sul do Estado, tendo como estados limítrofes Maranhão, Tocantins e Bahia, ficando praticamente inviável fiscalizar toda essa extensa malha rodoviária.

É de ressaltar que uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas, nas sedes central e regional e nas delegacias. Para sanar este problema o DPRF tem feito gestão junto ao ministério do planejamento para autorização de concurso para servidores administrativos (administradores, engenheiros, contadores, médicos, analistas de sistema, técnicos administrativos, etc) porém, ainda não se conseguiu o atendimento desta demanda. A contratação de servidores administrativos, liberaria um contingente significativo de policiais para atuarem novamente nas pistas, suprimindo em parte, a carência de efetivo.

Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:

Da frota predominam de forma considerável os veículos com mais de 02 anos de uso, em muitos casos é praticamente inviável a manutenção corretiva por superar em custos o valor do próprio veículo. Inclusive, em função da escassez de recurso, a manutenção preventiva praticamente não é assimilada de forma eficaz em razão da provisão orçamentária estimada em contrato próprio nesta Unidade Regional.

Cabe ressaltar que essa limitação orçamentária fora estabelecida através da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário do DPRF que contemplou esta Regional na medida do possível quando de suas descentralizações em nível nacional devido aos ajustes direcionados quando das liberações do Ministério da Justiça.

Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas, inclusive motociclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema, é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

Em trechos urbanos, os motociclistas, pelas curtas distâncias, não tomam as devidas precauções como uso de capacete, contribuindo de forma considerável para o aumento do número de acidentes.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes. Ainda, se faz necessária a inclusão de mais radares móveis e sinalização nos trechos urbanos, especialmente naqueles onde há elevados índices de acidentes, visando a redução dos mesmos.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em rodovias duplicadas. Nesse tipo de rodovia, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como conseqüência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2007, houve a efetiva utilização dos equipamentos adquiridos ao final de 2006.

A utilização de contadores volumétricos de veículos, visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização das rodovias. O crédito extraordinário, para compra dos contadores volumétricos foi liberado

apenas em dezembro. Os efeitos da compra destes equipamentos só se farão sentir em 2008, quando da sua entrega e utilização.

Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2007, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o curso de combate ao crime ministrado para os 500 policiais que participaram da segurança dos Jogos Pan-americanos.

Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Estratégias 1: Construção, reforma e ampliação de postos de fiscalização da 17ª SRPRF/PI

A implementação da construção, reforma e ampliação das unidades desta 17ª SRPRF/PI visa prover a instituição de uma estrutura física adequada para a logística da atividade do Policial Rodoviário Federal, dando um suporte à atividade fim do servidor.

Assim, para uma melhor adequação do insuficiente recurso financeiro, a 17ª SRPRF/PI priorizou setores carentes de estrutura indispensável a uma exercício satisfatório da Polícia Rodoviária Federal quando se trata de qualificar o atendimento à sociedade na reforma, construção de postos e delegacias.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Dificuldades:

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas;

Devido às limitações orçamentárias, as obras de reforma, com o recurso ordinário, foram exclusivamente as que foram licitadas ao final de 2006 e não haviam sido empenhadas no prazo fixado. As novas demandas de 2007, ficaram reprimidas.

Estratégia 2: Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições.

Foram adquiridas no exercício de 2007 por esta Regional através da descentralização pelo DPRF 13 (treze) viaturas, sendo 10 (dez) do tipo astra, 02 (duas) blazer e 01 (uma) ambulância, totalizando 20 (vinte) viaturas adquiridas nos exercícios de 2006 e 2007. Ao todo, esta Unidade Regional apresenta 75 (setenta e cinco) veículos para serviços de policiamento, administrativos, resgate, representação, entre outros. Atualmente, não constam veículos relacionados para baixa devido ao leilão de 24 (vinte e quatro) viaturas realizado em 2007.

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. Programas

4.1.1. Programa 1386 -

Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação
1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

4.1.1.3. Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de

instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento a sociedade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.1.3.1.1.2. Resultados

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

AÇÃO:11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Foram realizadas licitações do tipo convite, totalizando 03 (três), tratando o convite de nº 01/2007 de contratação de empresa de engenharia para a ampliação do Posto 01 e de sua garagem da 4ª

Delegacia na cidade de Picos/PI e se encontra concluído. O convite de nº02/2007 se refere à contratação de empresa de engenharia para a ampliação do Posto da 5ª Delegacia na cidade de Parnaíba/PI e ainda está em execução. Estas novas instalações físicas visam garantir um apoio logístico necessário ao bom desempenho da atividade-fim do Policial. Relativa esta ação ao convite nº 03/2007 sobre a contratação de empresa de engenharia para a ampliação e reforma do Posto 01 da 1ª Delegacia na cidade de Teresina/PI e ainda está em execução.

AÇÃO:1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não foi executada esta ação na 17ªSRPRFPI no exercício de 2007.

AÇÃO:1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.

Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Foi adquirida por esta Regional aparelhos e equipamentos de comunicação e processamento de dados através da licitação do tipo pregão eletrônico nº 06/2007 constante no processo administrativo nº 08.668.001.803/2007-24 para atender às necessidades desta Regional. Bem como foram adquiridos materiais de consumo por convite nº 04/2007 e dispensa de licitação nº 11/2007 realizados por esta Regional. Essa aquisição foi fundamental à atividade finalística nas Rodovias e Estradas Federais. A contratação de serviços de comunicações de dados, através da comutação de pacotes CVP's-circuitos virtuais permanentes e frame relay, através do Pregão Eletrônico nº 05/2005, tendo como contratada a Telemar Norte Leste S/A teve seu contrato prorrogado em 17/10/2007. O sistema de comunicação de dados atinge todos os Postos e Delegacias da 17ªSRPRF/PI e sua manutenção frequente é realizada pelo órgão com reparos. O sistema BR-Brasil tem significativa importância operacional e foi implantado em 2006, promovendo o Núcleo de Informática e Telecomunicações /17 curso prático do Sistema BR-Brasil aos servidores da área fim. Nesse no de 2007, todos os postos e Delegacias da Regional se encontram em boas condições físicas e estruturais de trabalho e todos com sistema de comunicação de dados ativo, prioridades para um adequado exercício da atividade policial.

AÇÃO:7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo Projeto

Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	FRANCISCO BRANDÃO DE OLIVEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não foi adquirida por esta Regional os veículos presentes nesta Ação.

4.1.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

4.1.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
4290 Atividades de Saúde nas

Rodovias Federais
4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
4641 Publicidade de Utilidade Pública
86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3. Gestão das Ações

4.1.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3.1.1. Dados Gerais

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	JANE MARGARETH CIARLINI GOULART DOS SANTOS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.2.3.1.2. Resultados

Não foi executada esta ação na 17ªSRPRF/PI no exercício de 2007.

AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização

Eletrônica da Malha Rodoviária
Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não foi executada esta ação na 17ªSRPRF/PI no exercício de 2007.

AÇÃO: 2524 Capacitação do
Policia Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico DPRF
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	José Silveira Neves-SRH

Resultados:

Na 17ª SRPRF/PI, existem na composição do corpo docente os seguintes instrutores:

RELAÇÃO DE INSTRUTORES DA 17ª SPRF/PI

INSTRUTOR	DISCIPLINA
Alexandre da Cruz Sousa	Legislação Especial
Antônio Francisco Gomes de Oliveira	Aspecto da Administração Pública
Antônio Neto Nogueira Vieira	Motociclismo
Benedito Parente Aguiar	Ética e Cidadania
Doriedson Viana dos Santos	Condução Policial
Francisco das Chagas Lopes Sobrinho	ATTA
Hélio Cipriano Feitosa	Motociclismo
Joable de Carvalho Chaves	Legislação Especial
João Francílio Barbosa Viana	Armas Longas
José de Castro Neto	ETICA E CIDADANIA
Mário Augusto Ribeiro	Motociclismo
Marcelo Alves de A. S Silva	Técnicas de Abordagem
Paulo César Dias Moraes	Salvamento
Regenilze Maiyrellin Paula de Araújo Sousa	Salvamento
Rommel Vasconcelos Viana	Salvamento
Rosemiro da Costa Araújo Barros	Fiscalização de Transporte de Passageiro
Selma Maria dos Santos Moura	Direitos Humanos
Tony Carlos Mauriz Cavalcante	Identificação Veicular
Valdeci Alves do Nascimento	Acidentes
Wellendal Leal Tenório	ATTA/Armas Longas

Foi descentralizado o valor de R\$ 53.353,05 para a 17ª SRPRF/PI com a capacitação do Policial Rodoviário Federal, sendo gasto

AÇÃO: 2723 Policiamento
Ostensivo nas Rodovias e
Estradas Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnica. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	José Fagundes da Silva-SPF

Resultados:

As Operações, no decorrer do ano de 2007, desenvolveram-se seguindo o calendário determinado

pela Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Operações de Férias e Feriados Nacionais	Período	
	Início	Término
Operação Férias de Verão	15/12/2006	04/03/2007
Operação Carnaval	16/02/2007	21/02/2007
Operação Semana Santa	05/04/2007	08/04/2007
Operação Tiradentes	20/04/2007	22/04/2007
Operação dia do Trabalho	28/04/2007	01/05/2007
Operação Corpus Christi	07/06/2007	10/06/2007
Operação Férias Escolares	29/06/2007	29/07/2007
Operação Sete de Setembro	07/09/2007	09/09/2007
Operação Nossa Senhora Aparecia	12/10/2007	14/10/2007
Operação Finados	02/11/2007	04/11/2007
Operação Natal	22/12/2007	25/12/2007
Operação Ano Novo	29/12/2007	01/01/2008

PLANO DE TRABALHO COMPLEMENTAR (Operações a nível regional)

Durante o ano foram efetuadas Operações a nível regional, apoio a Operações do DPRF e Operações conjuntas com outros órgãos, como explicitadas a seguir:

1. OPERAÇÃO CARNAVAL 2007

PERÍODO: 16 a 21 de fevereiro de 2007.

OBJETIVO: Promover a segurança dos usuários das rodovias, prevenir acidentes, combater o tráfico de entorpecentes e fornecer maior suporte operacional às Delegacias.

2. OPERAÇÃO SEMANA SANTA 2007

PERÍODO: 05 A 08 de abril de 2007.

OBJETIVO: Implementar estratégia para o policiamento e fiscalização nas rodovias federais visando controlar o aumento do fluxo de veículos, bem como garantir a segurança no trânsito, reduzindo o índice de acidentes e da criminalidade, fiscalizando o transporte de pessoas e bens, em especial os veículos de transporte de passageiros.

3. OPERAÇÃO BANANEIRA 2007

PERÍODO: 05 a 06 de maio de 2007.

OBJETIVO: Atender à solicitação da 2ª Delegacia da 17ª SRPRF/PI, feita através do Memo.168/2007/2ªDEL/17ªSPRF/DPRF/MJ, apoiando nas ações de fiscalização de trânsito e combate a criminalidade, entre outros, naquela região.

4. OPERAÇÃO CARNAÚBA

PERÍODO: 09 de maio de 2007.

OBJETIVO: Atender às reclamações e anseio sociais, reforçando o efetivo naquele local para ações de fiscalização de trânsito e combate a criminalidade, entre outros.

5. OPERAÇÃO CANIL I

PERÍODO: 14 de maio de 2007.

OBJETIVO: Promover a segurança da sociedade, em especial dos usuários das rodovias, ao combater o tráfico de entorpecentes e dar maior suporte operacional à Delegacia 17.01 – Teresina/PI.

6. OPERAÇÃO ANJO DO ASFALTO

PERÍODO: 18 a 20 de maio de 2007.

OBJETIVO: Promover ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando o fim da violência sexual contra crianças e adolescentes, além de fortalecer o sistema de defesa e da rede de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil.

7. OPERAÇÃO CORPUS CHISTI 2007

PERÍODO: 07 a 10 de junho de 2007.

OBJETIVO: Necessidade de reforçar o policiamento ao longo das Rodovias Federais no estado do Piauí, durante o período de 07 a 10/06/2007 devido ao feriado prolongado.

Atender à solicitação da 2ª Delegacia da 17ª SRPRF/PI, feita através do Memo.194/2007/2ªDEL/17ªSPRF/DPRF/MJ, apoiando nas ações de fiscalização de transporte interestadual de passageiros durante a Operação Corpus Chisti.

8. OPERAÇÃO FÉRIAS ESCOLARES

PERÍODO: 14 a 30 de julho de 2007.

OBJETIVO: Intensificar, em toda a rodovia, atividades específicas de fiscalização de transporte interestadual de passageiros e transportadores de carga, visto que apenas a presença preventiva das equipes de rondas daquela delegacia, que esta com o efetivo reduzido, não é suficiente para intensificar a fiscalização, devido a forte demanda de veículos naquele entroncamento de Estados, fato este que impõe ao Estado, através do DPRF/MJ, a adoção de providências que visem a diminuição da ocorrência de acidentes e preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da fiscalização intensa naquela região, desencadeada pelo período turístico.

9. OPERAÇÃO ESTACA ZERO I

PERÍODO: 05 a 06 de julho de 2007.

OBJETIVO: Atender à solicitação da 1ª Delegacia da 17ª SRPRF/PI e dá apoio em Operação em conjunto com a Delegacia de Entorpecentes da Polícia Civil.

10. OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO I

PERÍODO: 10 a 12 de julho de 2007.

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, combatendo os abusos em prol da sociedade.

11. OPERAÇÃO VAGA LUME I

PERÍODO: 05 a 07 de setembro de 2007.

OBJETIVO: Atender à solicitação da 1ª Delegacia da 17ª SRPRF/PI e dá apoio em Operação em conjunto com a Delegacia de Entorpecentes da Polícia Civil.

12. OPERAÇÃO CANIL II

PERÍODO: 12 de setembro de 2007.

OBJETIVO: Atender à solicitação da Delegacia de Entorpecentes da Polícia Civil para Operação de combate ao Tráfico de drogas.

13. OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO II

PERÍODO: 20 a 24 de setembro de 2007.

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte interestadual de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, combatendo os abusos em prol da sociedade.

14. OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO III

PERÍODO: 14 s 19 de novembro de 2007.

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte interestadual de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, combatendo os abusos em prol da sociedade.

15. OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO IV

PERÍODO: 28 de novembro a 01 de dezembro de 2007.

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte interestadual de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, mais especificamente na capital Teresina, BRs 316 e 343, combatendo os abusos em prol da sociedade.

16. OPERAÇÃO DIVISA SUL

PERÍODO: 13 a 16 de dezembro de 2007.

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte interestadual de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, combatendo os abusos em prol da sociedade.

17. OPERAÇÃO DIVISA NORTE

PERÍODO: 10 a 15 de dezembro de 2007.

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte interestadual de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, combatendo os abusos em prol da sociedade

18. OPERAÇÃO ANO NOVO

PERÍODO: 26 a 31 de dezembro de 2007.

OBJETIVO: Prevenir e combater violações às leis de trânsito e transporte interestadual de passageiros no âmbito desta Regional no estado do Piauí, combatendo os abusos em prol da sociedade.

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ESTABELECIDAS

Um dos objetivos principais da Polícia Rodoviária Federal é a segurança no trânsito, visando a

redução do número de acidentes e vítimas, assim como o combate a criminalidade no âmbito das rodovias federais, e esse objetivo nos norteou durante o ano de 2007 no que diz respeito ao planejamento, organização e controle das operações.

A densidade demográfica e o número de veículos que passaram a circular nas rodovias tem aumentado substancialmente, somado com as boas condições de pavimentação e sinalização das rodovias federais que cruzam o Estado do Piauí, despertando um excesso de confiança por parte dos condutores fazendo com que os mesmos excedam à velocidade máxima permitida para via. Estes foram fatores que motivaram esta regional a atuar no limite de sua capacidade operacional, visando desenvolver ações mais efetivas na prevenção de acidentes, bem como na intensificação da fiscalização e no combate à criminalidade. Dentre as ações implementadas citamos a atualização constante do mapeamento dos pontos e segmentos críticos nas rodovias sob circunscrição da PRF no estado, identificando os tipos de acidentes mais freqüentes e realizando ações de caráter preventivo, educativo, ostensivo e repressivo nestes locais. A implantação do Cartão Programa de Policiamento Ostensivo, o qual visa a presença constante da polícia em locais e horários previamente programados, visando a redução nos índices de acidentes e criminalidade. E a intensificação de fiscalização por meio de equipamento eletrônico medidor de velocidade (radar) no sentido de reprimir o excesso de velocidade.

Durante o ano de 2007, foram desenvolvidas várias operações na área de trânsito e criminalidade, porém houve um crescimento no número de acidentes e de vítimas, em muitos casos resultado da imprudência e falta de atenção dos condutores, o que nos motiva a planejar e desencadear novas ações relativas ao trânsito para o ano de 2008.

RELATÓRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA REGIONAL

DEMONSTRATIVO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

VEÍCULOS:	2006	2007	VARIAÇÃO
Acidentes	1645	1893	15,08
Veículos envolvidos	3984	4574	14,81
Mortos	155	159	25,80
Feridos	1126	1308	16,16

DEMONSTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO

COMANDOS:	2006	2007	VARIAÇÃO
Gerais	191	71	-62,83
Médicos	5	9	80,00
Educativos	6	30	400,00
Velocidade	60	0	-
Por excesso de peso	6	15	150,00
OPERAÇÕES:	2006	2007	VARIAÇÃO
Especiais	5	6	20,00
Eventuais	12	1	-91,67
Em conjunto com outros órgão	77	177	127,87
De apoio a outro órgão	13	11	-15,38
ESCOLTA:	2006	2007	VARIAÇÃO
De autoridades	15	11	-26,67
Escolta/Batedor (carga, desfiles, ...)	70	83	18,57
APREENSÕES:	2006	2007	VARIAÇÃO
De animais soltos na rodovia	1120	698	-37,68

AUXÍLIOS:	2006	2007	VARIAÇÃO
A usuários na rodovia	896	718	-19,87
A outros órgãos	183	212	15,85
A doentes	368	509	38,32
PALESTRAS:	22	4	-81,82

ACÇÃO:2816 Serviço de
Inteligência da Polícia
Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

O Núcleo de Inteligência da 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal ao longo de seus quase 07 (sete) anos de existência vem trabalhando para que os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela regional sejam em sua grande maioria satisfatório, assim, realizando operações visando o dado negado para subsidiar o planejamento de operações ostensivas.

Durante o ano de 2007 o NUI/PI desenvolveu atividades nas áreas de Combate à Exploração Sexual Infanto-juvenil onde participaram 04 (quatro) PRF's da área de inteligência, levantando os locais propícios para essa exploração e onde na ação ostensiva foram recolhidas 03 (três) garotas supostamente menores (Ordem de Missão nº 001/2007/NUI/PI); no levantamento das condições de nossas rodovias onde participaram 06 (seis) PRF's e tendo como resultado uma radiografia das condições gerais de nossas rodovias federais (Ordem de Missão nº 002/2007/NUI/PI); no combate aos assaltos a cargas e a ônibus, um mal que assola nossas rodovias. Nesses trabalhos utilizamos 04 (quatro) PRF's e seu resultado está sendo conseguido aos poucos, visto que é um trabalho que em sua maioria se torna mais extenso que os outros, mas com

identificação de possíveis envolvidos (Ordens de Missão n°s 003 e 005/2007/NUINT/17); e ainda durante o ano citado também desenvolvemos atividade de identificação de indivíduo para cumprimento de mandado de prisão, onde utilizamos 02 (dois) PRF's e o resultado foi satisfatório (Ordem de Missão n° 004/2007/NUINT/17).

Além dos trabalhos acima citados, subsidiamos todos os chefes de Delegacias da PRF com informações de caráter mais urgentes, assim como a Seção de Policiamento da 17ª SRPRF/PI

AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

O projeto RODOVIDA, encampado pela DISAS/DPRF e iniciado em Marco/2004, prevê a instalação de uma unidade de suporte básico de vida terrestre em cada posto do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, uma unidade de suporte avançado de vida terrestre em cada delegacia e uma unidade de suporte avançado de vida aéreo em cada superintendência e/ou distrito, aí entendidos como unidade terrestre o conjunto base + equipe + ambulância e unidade aérea o conjunto base + equipe + aeronave.

O referido projeto estipula ainda, a disponibilização de um kit de aparelhos para a realização de Comandos de Saúde em cada delegacia, entendido como kit o conjunto raizamed + oxímetro + tensiômetro + mensurador de gordura corporal por bioimpedância + balança antropométrica + mensurador de glicose/triglicerídeos/colesterol + fita métrica.

O supracitado projeto prevê ainda envolvimento das respectivas unidades com as seguintes atividades de saúde nas rodovias, a saber:

- I - Atendimento pré-hospitalar e resgate;
- II - Transporte inter-hospitalar;
- III - Transporte de órgãos;
- IV - Apoio de saúde a unidades e operações do DPRF;

- V - Apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;
- VI - Comandos de saúde preventivos;
- VII – Atividades de medicina do tráfego;
- VIII-Investigação clínica relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores de veículos;
- IX – Auxílio na investigação de acidentes de trânsito;
- X – Confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes;
- XI-Acompanhamento técnico dos cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;
- XII–Proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas.

No caso da 17ª SRPRF/PI contamos atualmente com cinco unidades de suporte básico de vida terrestres equipadas situadas na BR 343 - KM 35 (Parnaíba/PI), BR 343 - KM 192 (Piripiri/PI), BR 343 - KM 587 (Florianópolis/PI) e BR 316 - KM 12 (Teresina/PI), três das mesmas ainda sem regulação e duas outras conveniadas e reguladas, a exemplo dos convênios com os SAMUs de Parnaíba/PI e Florianópolis/PI. Duas das unidades de suporte básico de vida possuem desfibrilador automático externo, oxímetro e desencarcerador. Contamos, ainda, com uma unidade de suporte avançado de vida terrestre equipada situada na BR 343 - KM 338, sem regulação, e nenhuma unidade de suporte avançado de vida aérea. Insuficientes portanto, para a cobertura dos 10 Postos, 05 Delegacias e respectiva Superintendência, conforme preconizado no Projeto RODOVIDA.

Possuímos, ainda, um kit para realização de Comandos de Saúde, insuficiente portanto para a cobertura das 05 Delegacias, conforme o supracitado projeto.

Informamos outrossim, que fora disponibilizado para o ano de 2007, a quantia de aproximadamente R\$ 7.500,00 para a aquisição de material de consumo, insuficiente portanto, para a demanda requerida.

As respectivas unidades de suporte de vida realizaram as seguintes atividades no ano de 2007:

- 1) 1.466 atendimentos Pré-Hospitalares e Resgates
- 2) 297 Auxílios a Doente
- 3) 05 Comandos de Saúde
- 4) 265 Condutores Examinados
- 5) 998 Transportes Inter-Hospitalares
- 6) 08 Apoios de Saúde a Unidades e Operações do DPRF
- 07) 04 Apoios de Saúde a Dignitários e a Outros Órgãos
- 08) 74 Investigações Clínicas Relativas ao Uso de Álcool e Outras Drogas Psicoativas por parte dos Condutores de Veículos
- 09) 02 Acompanhamentos Técnicos de Cursos e Treinamentos Correlacionados às Atividades Acima Elencadas
- 10) 01 Proposição de Aquisição de Materiais Permanentes e de Consumo Correlacionados às Atividades Acima Elencadas

RESUMO DOS COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS - ANO 2007

Nº	Local	Data	Parceiros	Público Alvo	Resultados
XII	Picos P-1 BR-316 Km 292	27/04/07	SEST/SENAT, DNIT, Sec. Mun. Saúde/Picos, CTA e Lab. CEPAC	Foram abordados 81 condutores profissionais	IMC elevado:62, Hiperglicêmicos22 Hipertensos: 52 Carga Horária excessiva: 68 Etilista: 42

XIII	Piripiri P-1 BR-343 Km 193	25/05/07	SEST/SENAT, Conselho Tutelar, 5ª Ciretran, SUTRAN, Sec. Mun. de Saúde/Piripiri, 3ª Regional de Saúde, CTA, Lab. Previlab, Clínica Fisiocon, Academia Força Ativa	Examinados um total de 51 motoristas	IMC elevado:44 Hipertensão: 14 Carga horária excessiva: 34 Etilistas: 28 Acuidade visual imprópria: 27
XIV	Florianópolis P-1 BR-343 Km 587	29/06/07		Examinados 46 condutores profissionais	Acima do peso: 22 Pressão arterial alta: 25 Carga horária excessiva: 26 Etilistas :32 Acuidade visual imprópria: 30
XV	Teresina P-1 BR-343 Km 338	05/09/07	SEST/SENAT, FMS, Laboratórios Luis Pires e Bioanálises, STRANS, Detran, INSS, IBAMA, SASC, Clinitran, SEPROSC, NOVAFAPI, Fundação M. Chaves. Academia Eugênio Fortes, 25 BC e 2º BEC.	71 condutores	IMC elevado:41 Hiperglicêmicos11 Carga horária excessiva: 53 Etilistas: 28 Tabagistas: 14 Acuidade visual imprópria: 10 Envol. Acidente 12
XVI	P-2 BR-316 Km 12	29/11/07	SEST/SENAT, DNIT, Fundação Mun. de Saúde, Lab. Bioanálises, BPRES, STRANS, Detran Clinitran, CEPROSC, FACID, Academia Eugênio Fortes, 25º BC.	Foram abordados 70 motoristas para fazer o circuito da saúde	Acima do peso 50 Carga horária excessiva 48 Etilistas 42 Tabagista 17 Acuidade visual imprópria 13 Envol. Acidente 16

AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério

Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas DPRF
 Unidades executoras DPRF e Unidades Regionais
 Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução DCC/CGO
 Coordenador nacional da ação GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
 Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)

Resultados:

Na área de criminalidade foram obtidos resultados expressivos, fruto de planejamento, qualificação profissional, uso de tecnologia e estudos de inteligência.

Buscamos também uma melhor qualificação e treinamento do nosso efetivo para a fiscalização do Transporte de Produtos Perigosos, do Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros e do Vale-Pedágio Obrigatório, treinamento em informática para utilizarmos plenamente as ferramentas disponibilizadas pela internet e a ampliação do número de policiais treinados para o trabalho com cães farejadores, no combate ao narcotráfico e a realização de treinamento para motociclistas, ampliando o quadro já existente.

Efetuamos no decorrer do ano palestras de Educação para o Trânsito nas escolas próximas às rodovias sob nossa circunscrição, principalmente nos trechos com maiores índices de atropelamentos, bem como em empresas de transporte de passageiros e cargas, tendo como público alvo motoristas profissionais, repassando informações e orientações sobre segurança no trânsito.

DEMONSTRATIVO DE CRIMINALIDADE

	2006	2007	VARIAÇÃO
VEÍCULOS:			
Recuperados (produto ilícito)	76	63	-17,11
Apreendido (Restrição Judicial)	4	10	150,00
Apreendidos (restrição administrativa)	0	0	0,00
Retidos/Removidos (para regularização)	5448	3647	-33,06
ARMAS APREENDIDAS:	2006	2007	VARIAÇÃO
Branca	10	4	-60,00
De fogo	18	20	11,11
DROGAS:	2006	2007	VARIAÇÃO
Maconha (kg)	10518,45	698,59	-93,36
Cocaína (kg)	1,04	11,616	1016,91
Crack (kg)	9	13,346	48,29
Lança Perfume (unid.)	0	0	0
Merla (kg)	0,01	0	-
Anfetamina/Barbitúnicos (unid.)	4	0	-
CRIMES AMBIENTAIS:	2006	2007	VARIAÇÃO
Animais Silvestres (unid.)	369	117	-68,29

Madeira (m³)	3007,43	3699,17	23,00
Carvão (m³)	30	7	-76,67
PESSOAS DETIDAS:	2006	2007	VARIAÇÃO
Flagrante (sem necessidade de lavratura)	196	374	90,82
Aro infracional (menores)	7	11	57,14

AÇÃO:4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ações de Capacitação Realizadas

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CURSOS REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA 17ª SRPRF/PI/ 2007

N	CURSO	Nº SERVIDORES
01	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE POLICIAIS CONDUTORES DE CÃES FAREJADORES DE DROGAS.	04
02	TREINAMENTO PARA O MANUSEIO DO FUZIL CAL.556, MODELOMD 97	01
03	TREINAMENTO SOBRE ETILÔMETRO	04
04	TREINAMENTO DE TÉCNICAS DE AÇÕES TÁTICAS POLICIAIS	46
05	I FÓRUM NACIONAL SOBRE A INSERÇÃO FEMININA NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS	03
06	I ENCONTRO DE SUPERINTENDENTES E CHEFES DE DISTRITOS	01
07	PALESTRA – COMBATE À TORTURA E À VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS	30
08	I ENCONTRO DE CHEFES DE POLICIAMENTO REGIONAIS 2007	01
09	ELABORAÇÃO DO PROJETO SÓCIO-EDUCATIVO DA BR 163 SUSTENTÁVEL	01

10	DIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO	01
11	TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DE UTILIZAÇÃO DE RECEPTORES DE SINAL DE SATÉLITES-GPS-BÁSICO	27
13	CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE COMBATE AO CRIME-PAN/200708	
14	SEMINÁRIO PAN-AMERICANO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E SEGURANÇA CIDADÃ	01
15	CURSO DE CERIMONIAL EM EVENTOS PARA OS SETORES PÚBLICO	01
16	ENCONTRO REGIONAL DO COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE NA REGIÃO NORDESTE	01
17	CURSO DE FORMAÇÃO DE TUTOR	05
18	POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍTICAS E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL	01
19	CURSO DE PROGRAMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE VOZ SOBRE IP	01
20	SEMANA DE PREPARAÇÃO PEDAGÓGICA	02
21	CURSO NACIONAL DE PROMOTOR DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	14
22	TREINAMENTO SOBRE CONDUÇÃO POLICIAL	13
23	CURSO BÁSICO DE TÉCNICAS DE ABORDAGEM	30

Estrutura da Capacitação

Conforme Instrução Normativa nº 01, de 10 de fevereiro de 2006, as ações de treinamento e desenvolvimento no âmbito das Regionais, são de competência dos Núcleos de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP.

No NUCAP estão lotadas, além da Inspetora Selma, Chefe do Núcleo, as duas servidoras que desempenham as funções, respectivamente, AÇÕES PRESENCIAIS – KARYNE e EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA-ELISÂNGELA.

Na 17ª SRPRF/PI, existem na composição do corpo docente os seguintes instrutores:

RELAÇÃO DE INSTRUTORES DA 17ª SPRF/PI

INSTRUTOR	DISCIPLINA
Alexandre da Cruz Sousa	Legislação Especial
Antônio Francisco Gomes de Oliveira	Aspecto da Administração Pública
Antônio Neto Nogueira Vieira	Motociclismo
Benedito Parente Aguiar	Ética e Cidadania
Doriedson Viana dos Santos	Condução Policial
Francisco das Chagas Lopes Sobrinho	ATTA
Hélio Cipriano Feitosa	Motociclismo
Joable de Carvalho Chaves	Legislação Especial
João Francílio Barbosa Viana	Armas Longas
José de Castro Neto	ETICA E CIDADANIA
Mário Augusto Ribeiro	Motociclismo
Marcelo Alves de A. S. Silva	Técnicas de Abordagem
Paulo César Dias Moraes	Salvamento
Regenilze Maiyrellin Paula de Araújo Sousa	Salvamento
Rommel Vasconcelos Viana	Salvamento
Rosemiro da Costa Araújo Barros	Fiscalização de Transporte de Passageiro
Selma Maria dos Santos Moura	Direitos Humanos
Tony Carlos Mauriz Cavalcante	Identificação Veicular
Valdeci Alves do Nascimento	Acidentes
Wellendal Leal Tenório	ATTA/Armas Longas

Convênios Firmados

Informamos que há convênio firmado por parte da 17ª SPRF/PI com o Centro de Integração Empresa-Escola. Ainda, relativo aos cursos de capacitação, houve apoio dos órgãos Ibama, Abin e TRT.

Melhoria das Condições de Trabalho em 2007

Foi realizada a mudança de sala do NUCAP/17, visando melhorar o ambiente e adequá-lo ao desenvolvimento dos trabalhos na área de Legislação e Capacitação de Pessoal com o auxílio de mais 03 (três) servidores.

Previsão de Melhorias a serem implementadas em 2008

Além das ações presenciais, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, juntamente com as Instituições parceiras, implementará o ensino à distância através dos servidores indicados como responsáveis pelo EAD.

Para a efetivação desse ensino à distância, terá como meta a aquisição de materiais permanentes.

Ainda a esse núcleo foi dado a garantia de um maior apoio logístico com a cessão de equipamentos e serviços, tais quais: Um computador, uma impressora, uma linha telefônica,, notebooks e datashows e mais estagiários afim de agilizar as ações de capacitação.

Da Gestão dos Recursos Humanos

Composta a 17ª SRPRF/PI de servidores ocupantes do Cargo de Policial Rodoviário Federal, de pessoal terceirizado e estagiários, a Seção de Recursos Humanos preza pela manutenção da estrutura organizacional, bem como executa atividades das áreas de ensino, recursos humanos, legislação de pessoal, saúde e assistência social.

A Seção de Recursos Humanos desta Regional, com atribuições constantes no artigo 89 da Portaria nº 1.375/2007, Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, explicita os seguintes:

QUADRO DE PESSOAL DISCRIMINADO POR UNIDADE, ÁREA MEIO/ÁREA FIM, SERVIDORES EFETIVOS/TERCEIRIZADOS

LOTAÇÃO	Nº de SERVIDORES
GABINETE	02
SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	22
NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	10
NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES	04
NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES	02
NÚCLEO DE REGISTRO E MEDICINA RODOVIÁRIA	01
SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	11
NÚCLEO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS	03
NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL	02
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO	02
NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS	04
CORREGEDORIA REGIONAL	05
NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS	04
SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	05
NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	03
NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO PESSOAL	03
NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO	01
NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	02
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA	02
DELEGACIA 17/01-TERESINA/PI	61
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	001

AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não foi executada esta ação na 17ªSRPRF/PI no exercício de 2007.

AÇÃO:86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	JOSÉ ROBERTO ÂNGELO BARROS SOARES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não foi executada esta ação na 17ªSRPRF/PI no exercício de 2007.

4.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

4.1.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade
2004 Assistência Médica e Odontológica aos

Servidores, Empregados e seus Dependentes
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

4.1.3.3. Gestão das Ações

4.1.3.3.1. Ação 2000 Administração da Unidade

4.1.3.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.3.3.1.2. Resultados

Da Atividade 2000 – Administração da Unidade, composta das seguintes despesas com sua natureza e demonstração da execução dessas despesas, subdivide-se em : Auxílio-Funeral (Nat. De despesa 319008) executado com R\$ 6.683,44; instituições de caráter educacional e cultural (Nat. De despesa 335039) executadas com R\$ 50.169,43; diárias (Nat. De despesa 339014) executadas com R\$ 67.677,06); material de consumo (Nat. De despesa 339030) executado com R\$ 63.188,88; passagens aéreas (Nat. De despesa 339033) executadas com R\$ 34.729,47; locação de mão-de-obra (Nat. De despesa 339037) executada com R\$ 521.436,84; serviços (Nat. De despesa 339039) executados com R\$ 358.453,28; despesas de exercício anterior (Nat. De despesa 339092) executadas com R\$ 349,86; serviços (Nat. De despesa 339139) executados com R\$ 4.774,12; despesas de exercício anterior (Nat. De despesa 339192) executadas com R\$ 1.196,80; material permanente (Nat. De despesa 449052) executado com R\$ 14.777,00.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não foi executada esta ação na 17ªSRPRF/PI no exercício de 2007.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo

Atividade

Finalidade

Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Descrição

Pagamento de auxilio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Divisão de Cadastro/DPRF

Coordenador nacional da ação

Alecsander Dias Tavares Reis

Responsável pela execução da

ação no nível local (quando for o caso)

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo

Atividade

Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1.1. OBJETIVOS E METAS

I-Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários;

O objetivo do programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito e os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O objetivo do programa 1386 é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, afim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública e os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais.

O objetivo do programa 0750 é um programa de Apoio Administrativo comum a todos os órgãos da administração pública federal.

II-Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

-Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

-Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

-Programa 0750

Não há indicador

III-Metas físicas e financeiras na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame;

-Programa 0663

Meta Física 2007: não foi pactuada meta física para 2007.

Meta Financeira 2007: não foi pactuada meta financeira para 2007.

-Programa 1386

Meta Física para 2007: Não foi pactuada meta física para 2007.

Meta Financeira: Não foi pactuada meta financeira para 2007.

-Programa 0750

Meta Física para 2007: Não existe meta física para este tipo de programa.

Meta Financeira: Não foi pactuada meta financeira para 2007.

5.1.2.INDICADORES DE PARÂMETROS DE GESTÃO

I-Nome, descrição e tipo de indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.

-Programa 0663

a) Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais: pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Im = (N^\circ \text{ de Mortos} / N^\circ \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: Seção de Policiamento e Fiscalização.

b) Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais: pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Ia = ((N^\circ \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^\circ \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$, responsável pelo cálculo: Seção de Policiamento e Fiscalização.

OBS: As fórmulas dos indicadores do programa 0663 foram readequadas no novo PPA 2008-2011.

-Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas: pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI-Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $Iadq = (\text{unid. Adequadas} / \text{total de unidades}) \times 100$, responsável pelo cálculo: Seção de Policiamento e Fiscalização.

5.1.3-ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

I-Programa 0663

a) METAS FÍSICAS: redução do número de acidentes e mortes em relação à 2006.

-Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Número de Mortos 2006.....155	Número de Mortos em 2007.....159
Número Total de Vítimas em 2006.....1275	Número Total de Vítimas em 2007.....1308
$Im \text{ 2006} = (155/1275) \times 100 = 12,15\%$	$Im \text{ 2007} = (159/1308) \times 100 = 12,15\%$

Não houve mudança na taxa de mortalidade (Im) de 2006 para 2007, pois o número de vítimas envolvidas em acidentes em 2007 aumentou proporcionalmente com o número de mortos.

Apesar do maior investimento em resgate e implementação de convênio com o SAMU/MJ, não houve uma redução do número de mortos, devido principalmente ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, vez que essas condutas levam a maior gravidade nos acidentes.

-TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Acidentes 2006.....1.619
Número de Acidentes 2007.....1.893

$Ia = (1893 - 1619) - 1 = 16,92\%$

O percentual de aumento registrado considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo

aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta se tornou um grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

b) METAS FINANCEIRAS:

Informamos que não foi pactuada meta financeira para 2007. Referente ao programa 0663 foi efetivamente empenhado e liquidado R\$ 576.829,95 (quinhentos e setenta e seis mil e oitocentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos).

-PROGRAMA 1386

a)METAS FÍSICAS:

-COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Icaif = 81,39%

Observações:(quantidade de postos=10 unidades)

O indicador informa que 81,39 % dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Houve um pequeno aumento da melhoria dos postos em relação à 2006, onde o índice ficou em 56,12 %.

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adeq. Fisicamente.....70% (2006) ----- 88,00 % (2007) (ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação.....100% (2006) ----- 97,00 % (2007) (ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....50% (2006) ----- 60,00 % (2007) (ver tabela em anexo)

b)METAS FINANCEIRAS:

Informamos que não foi pactuada meta financeira para 2007. Quanto ao programa 1386, foi descentralizado e efetivamente empenhado R\$ 873.964,30 (oitocentos e setenta e três mil e novecentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos).

-PROGRAMAS 0750

A)METAS FINANCEIRAS:

Informamos que não foi pactuada meta financeira para 2007. Quanto ao programa 0750, foi descentralizado e efetivamente empenhado R\$ 1.123.436,18 (um milhão e cento e vinte e três mil e quatrocentos e trinta e seis reais e dezoito centavos).

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº 1950, de 28/12/2007, que não há previdência complementar patrocinada nesta Unidade Jurisdicionada.

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRE/PI

7. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

7.1. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº 1950, de 28/12/2007, que não há instituições beneficiadas por renúncia fiscal.

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

7.2. GESTÃO CORREICIONAL

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº 1950, de 28/12/2007, que não foi executada operações de fundos nesta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2007.

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

ANEXO A - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº 1950, de 28/12/2007, que não há tomadas de contas especiais executadas por esta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2007.

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

**ANEXO B -DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU
OUTRAS IRREGULARIDADES**

Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº 1950, de 28/12/2007, que inexistem perdas, extravios ou outras irregularidades constantes na Unidade Jurisdicionada no exercício de 2007.

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Declaro que inexistem despesas com cartão corporativo efetivados por esta Unidade Jurisdicionada.

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

ANEXO D - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Declaro que não houve recomendações de órgãos de controle externo, Tribunal de Contas da União, e interno.

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRE/PI

ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2007

No exercício de 2007, esta Unidade efetuou transferências de recursos à instituição Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, através de convênio firmado com esta Superintendência, conforme quadro abaixo:

TIPO	CONVÊNIO
CÓDIGO SIAFI	521748
TERMO INICIAL/ADITIVOS	CONVÊNIO Nº 02/2004 – 3º TERMO ADITIVO (02/12/2007 a 01/12/2008); 2º TERMO ADITIVO (02/12/2006 A 01/12/2007);
OBJETO	COOPERAÇÃO ENTRE PARTÍCIPIES VISANDO A ACEITAÇÃO DE ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR COMO ESTAGIÁRIOS
DATA PUBLICAÇÃO	TERMO INICIAL – 10 DE DEZEMBRO DE 2004.
VALOR TOTAL PACTUADO	R\$ 52.668,00 (cinquenta e dois mil e seiscentos e sessenta e oito reais)
VALOR TRANSFERIDO	R\$ 54.134,83 (cinquenta e quatro mil e cento e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos)
CONTRAPARTIDA BENEFICIÁRIO	NÃO HÁ CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE CNPJ Nº 61.600.839/0001-55
SITUAÇÃO	METAS E OBJETIVOS ALCANÇADOS

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRE/PI

ANEXO F – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO , CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO DE 2007 (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	0	0
Desligamento	4	1
Aposentadoria	5	5
Pensão	7	7

OBS: 1) Esta Regional possui controle dos atos registrados no sistema SISAC;

2) Falta registrar 03 (três) desligamentos, pois faltava juntar os comprovantes de acerto referente ao pagamento dos respectivos ex-servidores, o que já foi providenciado;

Teresina/PI, 28 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

DESPESAS RELATIVAS AOS PROJETOS EXECUTADOS PELA 17ª SRPRF/PI



Item de Informação

DESPESAS RELATIVAS AOS PROJETOS EXECUTADOS PELA 17ª SRPRF/PI



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Dot Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp. Emp. a Liquidar, Emp. Liquidado.

Item de Informação

10. DECLARAÇÕES

10.1. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE/MJ

10.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

III – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA

Declaro que inexistem pagamentos de despesas de natureza sigilosa executados por esta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2007.

Teresina/PI, 29 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRE/PI

IV – DECLARAÇÃO DA UNIDADE REGIONAL DE PESSOAL QUANTO AO ATENDIMENTO POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS DA OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS NO EXERCÍCIO DE 2007

Declaro que inexistem projetos ou programas financiados com recursos externos ocorridos no exercício de 2007 nem acumulados até o período em exame.

Teresina/PI, 29 de fevereiro de 2008.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRE/PI

CONCLUSÃO

Conforme demonstramos, consideramos significativos os avanços e resultados obtidos por esta Superintendência no ano de 2007, analisando o trabalho desenvolvido e as condições oferecidas, o número do serviço aumentou significativamente ao contrário do número de servidores. Esperamos que em 2008 tenhamos melhores condições para desempenhar as nossas atividades.

Com efeito, obedecendo às metas estabelecidas para serem cumpridas durante o ano de 2007, a 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, buscou ordenar o desenvolvimento das ações voltadas a obtenção dos objetivos elencados na proposta orçamentária/financeira de 2007. Entretanto, metas foram cumpridas, mas alguns (Projetos voltados para o suporte da atividade Operacional) deixaram de serem executadas devido à falta de provisão orçamentária para sua execução. Administrativamente, podemos definir o empenho da gestão de uma forma favorável, já que, os projetos realizados, e concluído pela 17ª SRPRF no exercício de 2007, foram de suma importância para que a 17ª SRPRF não sofresse solução de continuidade administrativa e operacional.

Cabe mencionar que mesmo dentro das limitações encontradas pela Administração Pública (Orçamento, insuficiência de pessoal) buscamos executar com eficiência, eficácia e economicidade os nossos trabalhos norteados pela Missão desta Instituição, através dos fatores determinantes de sucesso, visando alcançar resultados cada vez mais satisfatórios junto à sociedade.

É o relatório.

Teresina/PI, 29 de fevereiro de 2007.

Bernardo José Carvalho Val
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

